

(Poderes da Petrobrás estarão entre as polêmicas da Ordem Econômica ^{que economia}

Da Sucursal de Brasília

Se depender da avaliação do relator da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, deputado Virgildásio de Senna, 63 (PMDB-BA), a Petrobrás terá seu monopólio sobre o petróleo estendido também a outros combustíveis, o sistema cartorial (como o dos bancos) e os oligopólios terão seu fim e a reserva de informática será mantida.

Senna acredita que essa avaliação não é baseada apenas em sua opinião pessoal, mas reflete "a tendência da casa" (Congresso constituinte). A garantia desse resultado, contudo, vai depender em grande parte das batalhas ideológicas que serão travadas na subcomissão, onde a disputa pela indicação das pessoas de "notório saber" que vão debater com os constituintes já deu, na última quinta-feira, uma pequena amostra do que deverá ocorrer.

Os embates refletem a importância dos temas — a intervenção do Estado na ordem econômica e a preservação de valores e interesses comuns e individuais (conveniências e limites) — e da presença de nomes influentes, como Delfim Netto (PDS-SP) e Roberto Campos (PDS-MT).

Existem muitas diferenças entre as posições do deputado do PMDB, de centro esquerda, e as de alguns de seus mais diretos opositores. Enquanto Senna defende a ampliação do monopólio da Petrobrás na área de petróleo, Roberto Campos, 69, e Afif Domingos, 43 (PL-SP), defendem o seu fim.

Domingos defende o princípio de que "é preciso levar a discussão da questão do monopólio para o ponto de vista do contribuinte, do consumidor e do usuário, que pagam a conta e não fazem 'lobby' em Brasília". Para ele, a Petrobrás já atingiu um grau de eficiência e competitividade que dispensa a proteção como monopólio. Roberto Campos diz que não deve existir na Constituição qualquer norma sobre essa questão. "Isso torna a Constituição mercadológica", diz, após criticar o monopólio do Estado sobre a exploração do petróleo, energia elétrica e telefonia.

Em relação aos oligopólios, Senna e Domingos estão em posição comum, contra Campos. Os dois primeiros defendem um fortalecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e o senador a aplicação de lei anti-truste, aprovada pelo Congresso Nacional em 1962 — durante o governo João Goulart — e nunca utilizada. "A lei anti-truste é a manifestação de que o Estado deve promover a concorrência" afirmou Roberto Campos.

Senna acha que nos países em que o capitalismo chegou tardiamente, já com a existência dos oligopólios, "não é possível prescindir do Estado na defesa do consumidor", afirmou.



Roberto Campos, do PDS, quer mais privatização



Virgildásio de Senna (PMDB), quer mais estatização

Divergências começam na escolha

Para evitar que os preconceitos ideológicos se cristalizem e imponham um destino inesperado aos debates na subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, a presidência da mesa — formada pelos deputados Antônio Delfim Netto e Guilherme Afif Domingos — vai procurar imprimir uma "direção segura, buscando posições centristas, para permitir que todos exponham seus pontos de vista", diz o vice-presidente da comissão, Afif Domingos.

O deputado paulista chegou a essa conclusão após presidir duas difíceis sessões da comissão na última quinta-feira, quando foram escolhidos os nomes das pessoas que irão relatar suas experiências sobre os diversos temas que os constituintes vão examinar. "Inicialmente, acho que exist-

tem posições pré-concebidas que acabam criando restrições mútuas", disse Domingos, no intervalo entre as sessões.

Ele se referia ao comportamento do senador Roberto Campos (PDS-MT), 69, que ironizou duas indicações feitas por dois deputados cariocas, para falar sobre "nacionalidade da pessoa jurídica e reserva de mercado". O deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) indicara o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, e o deputado Luis Salomão (PDT-RJ) contra-indicou o ex-governador Leonel Brizola.

O senador Roberto Campos não se conteve e comentou que "esta comissão vai assistir o senhor Brizola fazendo campanha à presidência da República e vamos ouvir uma apolo-

gia sobre a intervenção do Estado na economia por parte do sr. Roberto Saturnino, prefeito do Rio de Janeiro, cujo funcionalismo ele nem consegue pagar em dia".

Esse comportamento do senador matogrossense acirrou as disputas em torno dos nomes da comissão e mereceu reparos do deputado Salomão que indicara Brizola. Alertado por Afif Domingos no intervalo, Roberto Campos indicou Saturnino Braga para comparecer aos debates sobre "empresas estatais e seu controle pela sociedade", referindo-se a Saturnino como brilhante economista e afirmando que não queria na discussão sobre capital estrangeiro, mas o achava conveniente no painel sobre estatais.

Afif Domingos diz que "os oligopólios são uma ameaça à soberania do consumidor" e afirma que "no Brasil, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), que deveria coibir a ação dos oligopólios, tem sido capa" desse tipo de articulação mercadológica.

Os três parecem concordar com o fim de regimes econômicos, como o que existe na área bancária. Nesse ponto eles têm o apoio até do deputado Haroldo César Coelho (PMDB-RJ), presidente do Banco de Investimentos London Multiple (ligado ao Lloyds Bank). Para o deputado carioca, "quem quisesse abrir um banco deveria ter esse direito, para que uma maior concorrência possibilitasse até a baixa das taxas de juros", conforme disse ele recentemente em Folha, ao defender o fim das cartas-patentes para qualquer tipo de instituição financeira.

De acordo com o pensamento do relator Virgildásio de Senna, a Constituição deve "definir o acesso de qualquer segmento social às atividades econômicas, mesmo àquelas em que, por questão prática, haja limitação numérica", como no caso das bolsas de valores.

Outro ponto bastante polêmico para ser definido pela sub-comissão é relativo à empresa brasileira. Para o senador Roberto Campos, a empresa nacional deve ser definida de acordo com o código comercial e a lei das sociedades anônimas, sem depender da origem do capital, mas definida pelo local onde é feita a produção. "Se tivéssemos poupança para financiar todas as atividades na nossa economia, tudo bem, mas um país que precisa de poupança externa não pode limitar o acesso do capital externo", defende o senador matogrossense.

Afif Domingos expressa o ponto de vista de que o principal é o desenvolvimento do país. Nesse sentido, se o capital e a tecnologia são externos, mas os objetivos nacionais, tudo bem. "Precisamos definir o interesse nacional e buscar os meios mais eficientes para atingi-los", afirmou.

Senna não expôs seu ponto de vista sobre o assunto. Contudo, ele defende a manutenção da reserva de informática, combatida por Afif e Campos.

Por último, a questão que deverá tornar-se mais polêmica está na utilização do subsolo. Campos defende que os Estados, e não a União, deveriam criar seus regimes mineiros próprios, de acordo com os interesses regionais. Afif Domingos alerta que apesar de não serem renováveis, as reservas minerais precisam ser extraídas da forma mais eficiente.